

UMA CARTILHA PARA GOVERNOS CORRUPOTOS

Como implementar a tecnologia sem fios 5G contra os desejos da sua população

Por Claire Edwards

Global Research, 03 de Junho, 2019 | <https://www.globalresearch.ca/primer-governments-how-implement-5g-against-wishes-your-population/5679368>

Pensamos em todos os governos que querem lucrar com a bonança multimilionária da 5ª Geração de telecomunicações móveis (5G), enquanto acalmam a metade da sua população em sobressalto pelas suas terríveis consequências para a saúde e o meio ambiente, mantêm na ignorância a outra metade da população, que ainda não se opõe à sua introdução, porque eles estão desinformados sobre os seus perigos.

Vários governos adoptaram estratégias diferentes para enfrentar esse desafio, e qualquer uma delas pode servir de modelo para o uso por outros governos. Tomemos alguns exemplos instrutivos da Áustria, França, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos. Governos que foram lentos a aproveitar-se do potencial de vigilância e controle do 5G, na repressão da dissidência, podem escolher uma estratégia da lista e seguir a versão mais compatível com o carácter nacional e a situação do seu país e, portanto, com maior probabilidade de atender à sua necessidade de um lançamento 5G suave e rápido.

Áustria: força bruta e ignorância pública

A estratégia mais aconselhável para qualquer governo cauteloso é garantir que a população permaneça desinformada dos perigos do 5G. Isto é relativamente simples de conseguir usando a força bruta para rapidamente assinar a legislação que força toda a população a aceitar contadores “*inteligentes*” sem possibilidade de recusa, [como fez o governo austríaco em 2018](#), e emitir uma *Gesteznovelle* ou emenda a uma lei, [permitindo a instalação de antenas 5G em todos os edifícios públicos](#), incluindo creches, jardins de infância e escolas. Isto resulta numa expansão rápida do 5G, que pode ser retratada como um triunfo na corrida para a digitalização e os seus benefícios reivindicados, downloads mais rápidos, baixa latência, a 4ª Revolução Industrial, a nuvem central, a tecnologia de ponta ou qualquer outra retórica similar promocional hiperbólica projectada para capturar a imaginação do público.

A cumplicidade com os média está assegurada, de maneira conveniente, sem nenhum sussurro dos perigos inerentes a uma tecnologia nova e não testada que penetra na esfera pública. A população permanece na ignorância, e sem lhe ser dada a opção de recusar a infra-estrutura 5G, é bombardeada com propaganda para os fazer crer que o seu país está na vanguarda da Era Moderna. Esta estratégia é recomendada por muitos e evita toda a controvérsia, o debate prolixo, as negociações problemáticas, os atrasos incómodos e os custos desnecessários. Muito bem Áustria, por demonstrar como o lançamento do 5G pode ser fácil quando uma estratégia tão simples e altamente eficaz é adoptada!

França: truques e oportunismo

A França oferece duas estratégias possíveis para lançar o 5G, cada uma delas com grande potencial. A ENEDIS, maior estatal da França, vem esmagando o público francês com os contadores “*inteligentes*” (chamados de “*Linky*”) para a Internet 5G das Coisas, apesar da oposição de [71% da população](#). Desde 1884, os [contadores eléctricos pertencem aos municípios da França](#), 906 dos quais, de um [total de 35.498 \(2,5%\) estão recusando contadores “inteligentes”](#), um número em constante aumento. A população francesa reconhece que os contadores “*inteligentes*” estão a ser impostos sem o seu consentimento, com muitas [queixas de truques usados](#) pelos sub-empregados da ENEDIS, incluindo alguns em que a polícia pública teve que intervir em [protecção dos cidadãos](#).

Se a furtividade e os truques falharem, a outra possibilidade é aproveitar uma tragédia nacional para impôr o 5G, subrepticiamente. Enquanto a nação está preocupada em lamentar a [perda de um monumento histórico muito amado](#), os oligarcas - incluindo aqueles com [laços estreitos às empresas de telecomunicações](#) - têm uma rodada envolvendo centenas de milhões de euros para [reconstruir ao invés de restaurar](#), os seus [legisladores anunciam a suspensão dos regulamentos](#) sobre a protecção de um património nacional e mundial, e declarar a legitimidade da reconstrução, de acordo com “*as técnicas e os desafios da nossa época*”. Qualquer dissensão expressa por especialistas ou [arquitectos](#) históricos sobre as origens do fogo ou a maneira de reconstruir o monumento é [suprimida](#).

O público só descobre mais tarde que o terreno em que o monumento se encontrava já estava [sujeito a planos de privatização antecipados antes da terrível tragédia](#) da sua destruição e pronto (!), pode ser reconstruído com [tecnologia moderna](#) adequada ao lançamento do 5G, especialmente apropriado e conveniente, dada a sua localização central como o “[ponto zero](#)” de França, a partir do qual todas as distâncias do país são calculadas.

Como a estratégia de lançamento 5G em França ainda não está completa, o cenário que acabo de descrever permanece ao nível da especulação; só o tempo dirá se, de facto, essa estratégia será empregada. Seja qual for o caso, teria sido um forte candidato à estratégia mais inventiva, se não tivesse sido uma estratégia antiga e já estafada do [capitalismo do desastre](#), que nos dias de hoje vê essa tarefa simplificada pelo advento das [armas de energia dirigida](#).

Suíça: meandros da cláusula de exclusão e parágrafo alterado

Os funcionários públicos da Suíça devem ser elogiados por demonstrarem uma destreza mental que lhes permitiu resolver o enigma de introduzir o 5G, enquanto enfrentam uma cidadania educada e informada. Aqui temos um modelo útil para o benefício de governos igualmente desafortunados. A abordagem da Suíça envolve o uso desonesto de cláusulas de exclusão e parágrafos de aparência inocente.

A Suíça segue os níveis de exposição estabelecidos nas chamadas directrizes de segurança da chamada Comissão Internacional de Protecção contra Radiação Não-Ionizante (mais sobre essas “directrizes” e a ICNIRP posteriormente). O problema para o governo suíço é que a Suíça tem níveis de exposição de precaução para transmissores únicos (estações base) que são 10 vezes menores do que os níveis da ICNIRP.

Tendo avançado com [o leilão do espectro disponível nas bandas de 700 MHz e 3,5 GHz em Fevereiro de 2019](#), capturando US \$ 380 milhões, o governo suíço enfrentou o desafio de permitir o uso do espectro que havia vendido, aumentando os limites de exposição, sem alertar o público.

À medida que os legisladores públicos e cantonais gradualmente começaram a compreender a escala da ameaça do 5G, introduzido sem quaisquer testes de segurança, o dilema do governo federal cresceu. Primeiro, veio uma [petição do povo](#) para forçar um debate parlamentar sobre o 5G, assinado por 56.000 suíços, depois os cantões de [Vaud](#), [Jura](#) e [Genebra](#) adoptaram uma moratória no lançamento do 5G. Estes foram seguidos de perto por [Neuchâtel](#), o que colocou uma série de perguntas ao governo federal sobre a segurança da tecnologia 5G.

Legisladores cantonais e cidadãos suíços ficaram indignados quando a Swisscom, cuja maior parte é estatal, desafiou a oposição ao 5G usando as antenas existentes instaladas para as gerações anteriores de tecnologia sem fio para [impôr o 5G em 102 locais na Suíça](#). Eles, sem dúvida, ficarão ainda mais indignados quando descobrirem que a Swisscom sabe dos efeitos não térmicos da radiação electromagnética desde, pelo menos, 2004, quando depositou uma patente sobre um método e sistema para reduzir a poluição electrónica em redes locais sem fio (o sistema ECODECT). Isso revela que a Swisscom lançou o 5G na população suíça com pleno conhecimento da sua capacidade de [causar danos ao ADN e aumentar o risco de cancro](#).

Em 17 de Abril, o governo federal fez o seu movimento para impedir a oposição pública, enquanto possibilitava o lançamento do 5G. Isto constitui uma verdadeira cartilha para enganar o público. Publicou um [documento que alterava o seu decreto sobre a protecção contra as radiações não ionizantes](#) (NIR) de 1999/2016, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2019. A beleza disto é que um decreto não pode ser contestado por um referendo popular. [O relatório anexo explica de maneira útil o propósito e a operação das modificações](#).

Dado que mais da metade da população suíça considera a radiação emitida pelas antenas de telefonia móvel perigosa ou bastante perigosa, as modificações na portaria têm dois propósitos significativos: (1) estabelecer um sistema de monitoramento da exposição pública ao NIR (secção 4.1.1) de acordo com a [Convenção de Aarhus](#), que obriga os Estados ratificantes a informar o público sobre os poluentes e os seus efeitos nas pessoas e no meio ambiente, e (2) preencher as lacunas na regulação que impedem a implantação de 5G (secção 2).

O ponto 1, o sistema de monitoramento, parece promissor até que, mais adiante, o relatório informa que o Escritório Federal para o Meio Ambiente (OFEV) seria encarregado de informar ao público, periodicamente, a extensão da sua exposição ao NIR e o estado da ciência sobre os efeitos do NIR, mas que nenhuma coordenação com o Escritório Federal de Segurança Pública seria necessária, uma vez que *“nenhum marcador biológico ou modificação de um marcador biológico apresentando uma ligação com o NIR ou seus efeitos sobre a saúde foi identificado até hoje [sic]”* (secção 4.1.1).

A grande vantagem desta estratégia, é nos dito, é que o público assim seria informado *“de uma maneira objectiva sobre a sua exposição ao NIR e a sua origem, e a margem actual em comparação com os limites estabelecidos no decreto, que seria contribuir para tirar a paixão do debate e a percepção de risco”*. E o mais satisfatório, a OFEV estaria sempre em posição de justificar ao público por que os actuais limites de exposição estariam em linha com a ciência e os testes (secção 4.1.2). Por outras palavras, seria um círculo fechado, nenhum exame dos perigos reais de saúde e perigos ambientais do NIR seria possível.

O ponto 2 é igualmente um golpe de mestre, pois preencher as lacunas nas regulamentações que impedem a implantação do 5G, significa que a portaria modificada deve incluir um princípio de avaliação de antenas “*formadoras de feixe*” e que “*antenas de telefonia móvel que emitam durante menos de 800 horas por ano*” *devem estar isentas da exigência de “respeitar os limites de exposição preventiva”* (secção 2).

Este truque permite que o governo federal exclua todas as antenas de 5G da regulamentação, uma vez que todas elas são formadoras de feixes e, se suas emissões são calculados com base na sua “*direccionabilidade*”, como está implícito no cap. 62, subpara. adicional 6, que afirma que “[o termo] *antenas de formação de feixe pretende significar que a direcção de irradiação ou o padrão de antena é ajustado automaticamente em intervalos curtos*”, parece que poderia não ser a totalidade das emissões que seriam sujeitas a cálculo, mas unicamente cada direcção de emissão. Ora, 800 horas permitiriam dois meses de emissões por ano por antena estacionária, mas se cada grau de emissão de, por exemplo, 180 graus de movimento de uma antena direccionada fosse permitido por 800 horas, então nenhuma antena 5G, direccionalmente todas poderiam exceder as 800 horas de emissões e, portanto, nenhuma poderia entrar no âmbito da lei modificada.

E *voilà!* Como por mágica, o governo federal suíço faz um *checkmate* aos suíços e aos governos cantonais para permitir o 5G!

É de notar aqui que, [graças à diligência da ONG suíça Gigahertz](#), as empresas de telecomunicações suíças já foram apanhadas no acto de irradiar ilegalmente o povo suíço, quando em 2018, as antenas escondidas sob as tampas dos esgotos estavam a transmitir além dos limites permitidos.

Quem saberia em toda a Suíça, se os milhões de antenas de formação de feixes estariam excedendo os limites de exposição permitidos ou transmitindo em excesso das 800 horas? Alguém desejaria arriscar a exposição, assumindo a sua posição na vizinhança, dado que as novas antenas de formação de feixes são “*especialmente usadas com as altas frequências leiloadas no início de 2019*” (secção 4.3)?

Não admira que a Suíça seja famosa pelos seus produtos de alta classe e alta tecnologia! A sua habilidade e meticulosidade na elaboração de tal bizantina estratégia de lançamento do 5G supera tudo!

Reino Unido: legalismo estrito e afirmações oficiais

O Reino Unido pode sempre invocar a adesão no cumprimento integral do Estado de Direito. Assim, os inquiridores quanto à segurança de 5G, tanto membros do público como parlamentares, são tratados com longas investigações sobre a confiabilidade da chamada ciência produzida pelos vários órgãos oficiais responsáveis por assegurar ao público, que eles estão devidamente protegidos da radiação electromagnética (EMR). Como no popular jogo de *puzzles*, isso pode ser chamado de uma estratégia de “*passagem parcelar*” e é muito facilitado pela existência de um grande número de organizações com acrónimos que podem ser convenientemente manipulados, conforme necessário.

As respostas às perguntas no parlamento ou no público são elaboradas de acordo com as seguintes linhas:

A [Saúde Pública da Inglaterra](#) depende da [AGNIR](#) [se este órgão foi infelizmente desmantelado devido a alegações de conflito de interesses, incompetência, falta de especialistas qualificados, ciência falsificada ou qualquer outra; por essa razão, o nome de outro órgão como [ICNIRP](#) ou [SCENIHR](#) pode ser vir de substituto] para fornecer as evidências científicas que mostram a segurança das tecnologias de telecomunicações sem fio desde [adicionar data apropriada]. A [Organização Mundial de Saúde](#) endossa as directrizes de segurança estabelecidas pelo [nome do corpo] na definição das directrizes de segurança do EMR. Se a *Public Health England* for informada de quaisquer mudanças na ciência, ela alterará as suas políticas para estar de acordo.

Pode-se ver facilmente que a estratégia do Reino Unido é astuta, já que serve simultaneamente para impressionar e mistificar, pois ninguém tem qualquer pista sobre o significado dos vários acrónimos ou a reputação contaminada dos vários corpos citados, especialmente quando eles saúdam de outro país. É o caso, por exemplo, da [Comissão Internacional de Protecção contra Radiações Não-Ionizantes](#) ou [ICNIRP](#), que na verdade é apenas um pequeno clube de cientistas homens, na Alemanha, que nomeia os seus próprios membros sem supervisão ou consulta a ninguém, e que misteriosamente recebe fundos e abrigo do governo Alemão, convenientemente no mesmo prédio do [Escritório Federal Alemão de Protecção à Radiação](#). Também não seria provável que qualquer cidadão britânico imaginasse como as directrizes de um pequeno clube fossem adoptadas e endossadas não apenas pela Organização Mundial de Saúde da ONU, mas também, pela sua União Internacional de Telecomunicações.

Ótimo trabalho, Reino Unido! Enganar o público enquanto se soa a sincero e confiável é uma grande conquista. Uma nota de cautela porém, para outros governos que considerem empregar uma estratégia semelhante: ela requer um certo nível de credulidade entre o público em geral e, portanto, é improvável que seja eficaz no caso de populações já cépticas sobre os pronunciamentos do governo.

Estados Unidos: grandes gastos de lobbistas para permitir a captura de agências governamentais

Como pode ser esperado dos [Estados Unidos](#), a estratégia preferida de lançamento do 5G envolve dinheiro e músculo. A imposição do 5G sem o consentimento ou consulta pública foi possível, pela captura muito antecipada dos órgãos reguladores pela indústria, que assegurou que as leis fossem alteradas proibindo que alegações de danos à saúde e danos ambientais fossem levadas em consideração, e viessem a impedir o lançamento de 5G.

O [Presidente Clinton sancionou a Lei das Telecomunicações de 1996](#), cuja secção 704 declara que nenhuma preocupação com a saúde ou com o meio ambiente pode interferir na colocação de equipamentos de telecomunicações, como torres e antenas de telecomunicações móveis. As instalações sem fio têm sido permitidas [em todos os locais públicos](#), com a intenção de localizá-las directamente em frente de residências e empresas, bem como sobre as cabeças dos pedestres, incluindo mães com bebés. [Os requisitos de aviso público](#) e as audiências públicas foram eliminados. As autoridades locais estão proibidas de levar em consideração depoimentos de especialistas científicos. Por exemplo, os governos locais estão proibidos de regulamentar a tecnologia sem fio “*com base nos efeitos ambientais da radiação de radiofrequência*”, e os [tribunais revertem as decisões regulatórias](#) sobre a colocação das antenas, simplesmente, porque a maioria dos depoimentos públicos são queixas relativas à saúde.

A combinação entre o controle corporativo dos média, preferencialmente por [empresas de telecomunicações](#), e a manipulação dos legisladores por exércitos de lobbistas altamente remunerados, é uma estratégia de captura regulatória muito admirável, pois – salvo pela aparente [integridade de um parlamentar](#) ou pela existência de órgãos mediáticos alternativos - torna-se quase impossível para o público descobrir que o [5G nunca foi testado em relação à saúde ou segurança](#), e representa uma ameaça existencial para todo o planeta.

Num país como os EUA, que acredita ser um bastião da liberdade, é improvável que o público ache plausível a ideia de estarem a ser enganados desta maneira sobre uma tecnologia tão perigosa, pelo que o lançamento do 5G pode, portanto, ocorrer sem restrições. Se qualquer informação sobre os efeitos adversos do 5G vazar, pode-se recorrer à narrativa frequentemente utilizada e útil de “[culpar-os-russos](#)”. Deve-se notar, no entanto, que esta estratégia requer considerável planeamento antecipado e a facilidade de dispor de recursos suficientes para tornar o seu ponto de vista, o único visível para os legisladores. Portanto, não estará dentro dos meios de todos os países. No entanto, este tem que se qualificar para o prémio na categoria “*pesado, mas eficaz*”.

Ajuda internacional e assistência

A implementação das estratégias descritas provavelmente será facilitada pelo recurso à assistência de organizações internacionais. Se o objectivo é impor uma tecnologia de telecomunicações global capaz de “*cobrir*” a Terra, [como declarado na literatura sobre 5G](#), especialmente envolvendo transmissões por satélites, seria indispensável recorrer à ajuda das Nações Unidas. Um Secretário-Geral apropriado teria de ser nomeado, de preferência, alguém que beneficiasse de uma formação profissional como [engenheiro eléctrico e físico](#). O tempo aqui é tudo, pois tal oportunidade surge apenas uma vez a cada oito anos.

Se os proponentes do 5G forem bem-sucedidos nisso, eles teriam atingido o ouro, pois um [Secretário-Geral da ONU pode orientar todas as actividades da organização na direcção desejada](#), garantindo que a implantação do 5G se baseie na implementação de todos os tratados e convenções, e se torne assim visto como condição *sine qua non* em todas as actividades de elaboração de políticas daí resultantes.

O Secretário-Geral da ONU também tem a prerrogativa de “*nomear espontaneamente*”, por exemplo, um [Painel Internacional de Cooperação Digital](#), que poderia incluir todos os proponentes internacionais do 5G de uma vez, enquanto convenientemente excluía pessoas difíceis, como [cientistas](#) ou [médicos](#) experientes na matéria dos efeitos biológicos prejudiciais da EMR. Os [termos de referência](#) do Painel gostariam de garantir a sua separação do trabalho usual da ONU, novamente, evitando as questões que desperdiçam tempo e podem ser colocadas por funcionários da ONU, ou por outros especialistas envolvidos. Os membros do Painel obteriam automaticamente acesso a todos os estados-membros da ONU, aproveitando assim a oportunidade de convencê-los unilateralmente dos benefícios do 5G, enquanto convenientemente deixassem de mencionar quaisquer possíveis desvantagens da tecnologia.

Alguém deveria ter a temeridade de levantar objecções à falha da ONU, em nem sequer mencionar a palavra “saúde” no contexto da sua corrida para abraçar o 5G, em todos os seus programas e ajudar na sua imposição sobre cada centímetro do planeta, bem como no Espaço, o [acordo de cooperação entre a Interpol e a União Internacional de Telecomunicações da ONU](#) pode

ser invocado de modo útil para [intimidar potenciais ciber-criminosos](#).

A visão pública geralmente favorável das actividades da ONU, combinada com a ignorância universal sobre estas actividades e [os seus propósitos](#), torna a busca por tal assistência internacional claramente vantajosa.

Uma miscelânea de oportunidades para o lançamento de 5G

Espero que esteja claro agora para todos os governos que estiverem lendo esta cartilha sobre as estratégias de lançamento 5G mais eficazes do mundo, que eles tenham uma miscelânea de oportunidades e apoio disponível para implementar o 5G. Desculpas em relação à oposição de [cientistas e médicos deslambidos em todo o mundo](#) queixando-se da falta de testes de saúde e segurança do 5G, citando as [dezenas de milhares de estudos](#) que demonstram os efeitos biológicos do EMR, ou chamando o 5G de [a ideia mais estúpida na história do mundo](#), não será tolerada.

Também não há desculpas em relação a bolsas de oposição de cidadãos, que nos seus países citam aumentos fenomenais em [todas as principais doenças da civilização](#), desde o advento das telecomunicações móveis e dos *smartphones*. Além do transtorno do deficit de atenção com hiperatividade ([TDAH](#)), [autismo](#), [suicídios](#), [depressão](#), [doenças neurológicas](#) e [quedas catastróficas na fertilidade](#) em todo o planeta, bem como [grande declínio nas populações de insectos](#).

5G É UMA COISA BOA PORQUE NÓS DIZEMOS QUE É, E VOCÊ FARÁ TAL COMO FOI INSTRUÍDO OU VIVERÁ PARA LEMBRAR-SE QUANDO CONTROLARMOS TUDO.

Abaixo-assinado:

Sophia

pp. A.I. (Inteligência Artificial)



Claire Edwards, Bachelor of Arts, Master, *trabalhou nas Nações Unidas como Editora e Instrutora em Escrita Intercultural de 1999 a 2017. Desde Maio de 2018, colaborou com Arthur Firstenberg na publicação do Apelo Internacional Stop 5G na Terra e no Espaço (www.5gspaceappeal.org), que está disponível em 28 línguas. O Apelo tem atraído mais de 94 mil indivíduos e grupos subscritores de mais de 170 países. Claire [avisou o Secretário-Geral](#) sobre os perigos do 5G durante uma reunião do pessoal da ONU, em Maio de 2018, apelando à paragem da sua implementação nas instalações da ONU.*

A fonte original deste artigo é a Global Research
Copyright © [Claire Edwards](#), Global Research, 2019

A Primer for Corrupt Governments: How to Implement 5G Wireless Technology Against the Wishes of Your Population - Global Research

<https://www.globalresearch.ca/primer-governments-how-implement-5g-against-wishes-your-population/5679368>

By Claire Edwards

Global Research, June 03, 2019

Spare a thought for all the governments wanting to cash in on the multi-trillion-dollar bonanza of the fifth generation of wireless technology or 5G while pacifying the half of their population who are anxious about its dire health and environmental consequences and keeping in ignorance the other half of the population who do not yet oppose its introduction because they are uninformed about its dangers.

Various governments have adopted different strategies to tackle this challenge, any of which may serve as a template for other governments to use. Let us take some instructive examples from Austria, France, Switzerland, the United Kingdom and the United States. Governments that have been dilatory in availing themselves of the surveillance and control potential of 5G to quash dissent may wish to choose a strategy from the following list that they feel is most compatible with the national character and situation of their country and therefore most likely to meet their need for a smooth and rapid 5G rollout.

Austria: brute force and public ignorance

The most advisable strategy for any cautious government is to ensure that the population remains uninformed of the dangers of 5G. This is relatively simple to achieve by using brute force to rapidly sign into law legislation forcing the entire population to accept “smart” meters with no possibility of refusal, as the [Austrian government did in 2018](#), and issuing a *Gesteznovelle* or amendment to a law [allowing 5G antennas to be installed on all public buildings](#), including nurseries, kindergartens and schools. This results in a quick 5G rollout, which can then be portrayed as a triumph in the race to digitalization and its claimed benefits of more jobs, faster downloads, low latency, fourth industrial revolution, core cloud, cutting edge technology, or any other similarly hyperbolic promotional rhetoric designed to con the public (or, in PR language, “capture the public imagination”).

Complicity with the media conveniently ensures that no whisper of the dangers inherent in a new and untested technology penetrates the public sphere. The population remains in ignorance, is not given the option to refuse 5G infrastructure and is propagandized to believe that their country is at the forefront of the modern age. This strategy has much to recommend it and avoids all controversy, long-winded debate, troublesome negotiations, annoying delays and unnecessary costs. Well done, Austria, for demonstrating how easy the 5G rollout can be when such a simple

and highly effective strategy is adopted!

France: trickery and opportunism

France offers two possible strategies for rolling out 5G, each of which has great potential. France's majority state-owned ENEDIS is steamrolling the French public with "smart" meters (called "Linky") for the 5G Internet of Things, despite opposition from [71% of the population](#). Since 1884, [electric meters belong to the municipalities of France](#), 906 of which, [out of a total of 35,498 \(2.5%\) are refusing "smart" meters](#), a number that is constantly rising. The French population recognizes that "smart" meters are being imposed without their consent, with many [complaints of trickery](#) used by ENEDIS subcontractors, including some where the gendarmerie had to intervene to [protect the citizenry](#).

If stealth and trickery should fail, another possibility is to take advantage of a national tragedy to impose 5G surreptitiously. While the nation is preoccupied mourning the [loss of a much-loved historical monument](#), [oligarchs](#) – including those with close [ties to telecommunications companies](#) – have a whip round involving hundreds of millions of euros each to [reconstruct rather than restore](#), your [lawmakers announce the suspension of regulations](#) regarding the protection of a national and world heritage site, and declare the legitimacy of rebuilding according to "[the techniques and challenges of our era](#)". Any dissent expressed by historical experts or [architects](#) about the origins of the fire or the manner of rebuilding the monument is [suppressed](#).

The public discovers only later that the ground on which the monument stood [had already been subject to advance privatization plans before the terrible tragedy](#) of its destruction and hey presto!, it can be rebuilt complete with [modern technology](#) suitable for the 5G rollout, especially appropriate and convenient given its central location as the "[point zero](#)" of France, from which all distances in the country are calculated.

Since France's 5G rollout strategy is not yet complete, the above scenario remains at the level of speculation; only time will tell if indeed this strategy turns out to be the one employed. Whatever the case, it would have been a strong contender for most inventive strategy had it not been a longstanding and now rather tired strategy of [disaster capitalism](#), these days greatly facilitated by the advent of [directed energy weapons](#).

Switzerland: intricacies of the exclusion clause and amended subparagraph

Switzerland's public servants are to be commended for demonstrating a mental dexterity that has enabled them to solve the conundrum of introducing 5G while facing an educated and informed citizenry. It has provided a useful template for the benefit of similarly unfortunate governments. Switzerland's approach involves the devious use of exclusion clauses and innocent-looking subparagraphs.

Switzerland follows the exposure levels set out in the so-called safety guidelines of the so-called International Commission on Non-Ionizing Radiation Protection (more about these "guidelines" and ICNIRP later). The problem for the Swiss government is that Switzerland has precautionary exposure levels for single transmitters (base stations) that are 10 times lower than the ICNIRP levels.

Having gone ahead and [auctioned the available spectrum in the 700 MHz and 3.5 GHz bands in February 2019](#), netting US\$380 million, the Swiss government was faced with the challenge of enabling the use of the spectrum it had sold by raising limits without alerting the public.

As the public and cantonal lawmakers gradually started to grasp the scale of the threat from the completely untested 5G, the federal government's dilemma grew. First came a [people's petition](#) to force a parliamentary debate on 5G signed by 56,000 Swiss, then the cantons of [Vaud](#), [Jura](#) and [Geneva](#) adopted moratoria on the 5G rollout. These were closely followed by [Neuchâtel](#), which posed a series of questions to the federal government regarding the safety of 5G technology.

Cantonal lawmakers and Swiss citizens were outraged when the majority state-owned Swisscom defied the opposition to 5G by using existing antennas installed for previous generations of wireless technology to [impose 5G on 102 locations in Switzerland](#). They will doubtless be further outraged when they learn that Swisscom has known about the non-thermal effects of electromagnetic radiation since at least 2004, when it filed a patent on a method and system for reducing electro smog in wireless local networks. This reveals that Swisscom has rolled out 5G on the Swiss population in full knowledge of its ability to [cause damage to DNA and increase cancer risk](#).

On 17 April, the federal government made its move to stymie the public opposition while enabling the 5G rollout. This constitutes a veritable primer on conning the public. It published a [document modifying its 1999/2016 ordinance on protection against non-ionizing radiation](#) (NIR), with effect from 1 June 2019. The beauty of this is that an ordinance cannot be challenged by a people's referendum. [The accompanying report helpfully explains the purpose and operation of the modifications](#).

Given that more than half the Swiss population considers the radiation emitted by mobile phone antennas to be dangerous or rather dangerous (Office fédéral de la statistique (OFS), Omnibus 2011, 2015), the modifications to the ordinance have two significant purposes: (1) to establish a system of monitoring public exposure to NIR (sect. 4.1.1) in accordance with the [Aarhus Convention](#), which obliges ratifying states to inform the public about pollutants and their effects on people and the environment, and (2) to fill the gaps in regulation that impede the deployment of 5G (sect. 2).

Point 1, the monitoring system, sounds promising until we are told later on in the report that the Federal Office for the Environment (OFEV) would be tasked with informing the public periodically of the extent of their exposure to NIR and the state of the science on the effects of NIR, but that no coordination with the Federal Office of Public Safety would be required since "no biological marker or modification of a biological marker presenting a link with NIR or its effects on health has been identified to date [sic]" (sect. 4.1.1).

The great advantage of this strategy, we are told, is that the public would thereby be informed "in an objective manner about its exposure to NIR and its origin, and the current margin as compared to the limits set out in the ordinance, which would contribute to *taking the passion out of the debate and the perception of risk*". And most satisfyingly, OFEV would always be in a position to justify to the public why the current exposure limits were in line with science and testing (sect. 4.1.2). In other words, it would be a closed circle and no examination of the real health and environmental dangers of NIR would be possible.

Point 2 is equally a master-stroke, for filling in the gaps in regulations that impede the deployment of 5G turns out to mean that the modified ordinance should include a principle of evaluation of "beam-forming" antennas and that "mobile phone antennas that emit during less than 800 hours per annum" should be exempted from the requirement to "respect the preventative exposure limits"

(sect. 2).

This sleight of hand enables the federal government to exclude all 5G antennas from regulation, since they are all beam-forming and, if their emissions are calculated on the basis of their “directionality”, as implied by the chap. 62, additional subpara. 6, which states that “[The term] *beam-forming antennas* is intended to mean the radiating direction or the antenna pattern is adjusted automatically at short intervals”, it appears that it could be not the entirety of the emissions that would be subject to calculation, but solely *each direction* of emission. 800 hours would permit two months of emissions per annum per stationary antenna, but if each degree of emission of, for example, 180 degrees of movement of a directional antenna were to be permitted 800 hours, then no 5G antenna, all of which are directional, could exceed 800 hours of emissions and therefore none would come within the ambit of the modified ordinance.

Et voilà! As if by magic, the Swiss federal government checkmates the Swiss people and their cantonal governments to enable 5G!

It is to be noted here that, [thanks to the diligence of Swiss NGO Gigaherz](#), Swiss telephone companies have already been caught in the act of illegally irradiating the Swiss people, when antennas hidden under manhole covers were found in 2018 to be transmitting way in excess of their permitted limits.

Who would know if the millions of beam-forming antennas throughout Switzerland were exceeding the permitted exposure limits or transmitting in excess of 800 hours? Would anyone want to risk exposure by taking up position within their vicinity, given that the new beam-forming antennas are “especially used with the high frequencies auctioned in early 2019” (sect. 4.3)?

No wonder Switzerland is famous for its high-class and high-tech products! Its skill and meticulousness in drafting such a Byzantine 5G rollout strategy trumps all!

United Kingdom: strict legalism and authoritative assertions

The United Kingdom can always be relied upon for its professed adherence to the rule of law. Thus enquirers as to the safety of 5G, both members of the public and parliamentarians, are treated to lengthy disquisitions on the reliability of the so-called science produced by the various official bodies responsible for assuring the public that they are duly protected from electromagnetic radiation (EMR). As in the popular British children’s party-game, this may be termed a “pass-the-parcel” strategy and is greatly facilitated by the existence of a large number of organizations with acronyms that may be conveniently juggled as needed.

Answers to questions in parliament or from the public are drafted along the following lines: [Public Health England](#) relies on [AGNIR](#) [if this body has unfortunately been disbanded due to allegations of conflict of interest, incompetence, lack of qualified experts, falsified science or any other reason, the name of another body such as [ICNIRP](#) or [SCENIHR](#) may be substituted here] *to supply the scientific evidence showing the safety of wireless telecommunications technologies since* [add appropriate date]. *The [World Health Organization](#) endorses the safety guidelines set forth by* [name of body] *in setting its EMR safety guidelines. Should Public Health England be made aware of any changes in the science, it will amend its policies accordingly.*

It may easily be seen that the UK strategy is an astute one since it serves simultaneously to impress and mystify, for no one has any clue as to the meaning of the various acronyms or the tainted reputations of the various bodies named, especially when they hail from another country.

Such is the case, for example, with the [International Commission on Non-Ionizing Radiation Protection](#) or [ICNIRP](#), which is in reality just a little club of male scientists in Germany that appoints its own members without supervision or consultation with anyone and mysteriously receives funding from, and is housed by, the German government, conveniently in the same building with the [German Federal Office for Radiation Protection](#). Nor would any UK citizen be likely to wonder how it came to be that the little club's guidelines were adopted and endorsed not only by the UN's World Health Organization, but also by its International Telecommunication Union.

Great work, United Kingdom! Deceiving the public while sounding sincere and trustworthy is quite an achievement. A note of caution, though, for other governments considering employing a similar strategy: it does necessitate a certain level of gullibility among the general public and is therefore unlikely to be effective in the case of populations already skeptical about government pronouncements.

United States: big spending by lobbyists to enable capture of government agencies

As may be expected of the [United States](#), the preferred 5G rollout strategy involves money and muscle. The imposition of 5G without public consent or consultation was made possible long in advance by regulatory capture by industry, which ensured that laws were changed to prohibit injury to health and environmental damage being taken into account to prevent or hinder the rollout of 5G.

[President Clinton signed into law the 1996 Telecommunications Act](#), section 704 of which states that no health or environmental concern can interfere with the placement of telecom equipment such as cell towers and antennas. Wireless facilities have been made a permitted use in [all public rights-of-way](#), with the intention of locating them directly in front of homes and businesses and close above the heads of pedestrians, including mothers with babies. [Public notice requirements](#) and public hearings have been eliminated. Local authorities are prohibited from taking into consideration [testimony from scientific experts](#). For example, local governments are prohibited from regulating wireless technology "[on the basis of the environmental effects of radio frequency radiation](#)", and [courts have reversed regulatory decisions](#) about cell tower placement simply because most of the public testimony was about health.

Combined with corporate control of the media, preferably by [telecommunications companies](#), and manipulation of lawmakers by armies of highly paid lobbyists, the strategy of regulatory capture is much to be admired, since – barring the appearance of a [lawmaker with integrity](#) and the existence of alternative media – it becomes almost impossible for the public to learn that [5G was never tested for health or safety](#) and poses an existential threat to the entire planet.

In a country such as the US that believes itself a bastion of freedom, the public are unlikely to find plausible the idea that they are being hoodwinked in this way over such a dangerous technology and the 5G rollout may therefore be expected to proceed relatively unhindered. Should any information on the adverse effects of 5G leak out, recourse may be made to the oft-used and handy "[blame-it-on-the-Russians](#)" narrative. It should be noted, however, that this strategy requires considerable advance planning and the easy availability of funds sufficient to make your point of view the only one visible to lawmakers. It will therefore not be within the means of all countries. Nevertheless, this one has to qualify for the prize in the "heavy-handed but effective" category.

International aid and assistance

Implementation of the above strategies is likely to be facilitated by recourse to the assistance of international organizations. If the aim is to impose a global telecommunications technology capable of “blanketing” the Earth, [as stated in the literature on 5G](#), especially one involving transmissions by satellites, it would be indispensable to enlist the aid of the United Nations. An appropriate Secretary-General would have to be appointed, preferably someone benefitting from a professional background as an [electrical engineer and physicist](#). Timing here is all, for such an opportunity arises only once every eight years.

Should 5G proponents be successful in this, they would have struck gold, for a [UN Secretary-General can guide all of the organization’s activities in the desired direction](#), ensuring that 5G deployment feeds into the implementation of all treaties and conventions and thus becomes seen as a sine qua non in all resulting policy-making activities.

The UN Secretary-General also has the prerogative of “spontaneously” appointing, for example, an international [Panel on Digital Cooperation](#), which could include all the international proponents of 5G in one go, while conveniently excluding any difficult people such as [scientists](#) or [physicians](#) knowledgeable about the deleterious biological effects of EMR. The Panel’s [terms of reference](#) would want to ensure its separation from the usual work of the UN, again obviating time-wasting questions that might be posed by UN officials or other concerned experts. The members of the Panel would automatically [gain access to all UN member states](#), thereby profiting from the opportunity of one-sidedly convincing them of the benefits of 5G while conveniently failing to mention any possible downsides to the technology.

Should anyone have the temerity to raise objections to the UN’s failure to even mention the word “health” in the context of its rush to embrace 5G in all its programs and to assist in its imposition on every inch of the planet as well as in space, the [cooperation agreement between Interpol and the UN’s International Telecommunication Union](#) may be usefully invoked [to intimidate such a person as a potential cybercriminal](#).

The generally favorable worldwide public view of UN activities combined with universal ignorance about those activities and [their purposes](#) makes seeking such international assistance distinctly advantageous.

A smorgasbord of opportunities for rolling out 5G

I hope it is clear by now to all the governments reading this primer on the world’s most effective 5G rollout strategies that they have a smorgasbord of opportunities and support available to them for implementing 5G. Excuses regarding opposition from namby-pamby [scientists and physicians across the world](#) complaining about the lack of health and safety testing of 5G, citing the [tens of thousands of studies](#) that demonstrate the biological effects of EMR, or calling 5G [the stupidest idea in the history of the world](#) will not be tolerated.

Nor will excuses regarding pockets of opposition from nationals of your countries who cite phenomenal rises in [all the major diseases of civilization](#) since the advent of wireless technology and smartphones, plus [ADHD](#), [autism](#), [suicides](#), [depression](#), [neurological diseases](#), and [catastrophic decreases in fertility](#) across the planet, as well as [major declines in insect](#) populations.

5G IS A GOOD THING BECAUSE WE SAY SO AND YOU WILL DO AS YOU HAVE BEEN INSTRUCTED OR LIVE TO REGRET IT WHEN WE CONTROL EVERYTHING

Signed:

Sophia

pp. A.I.

Claire Edwards, BA Hons, MA, worked for the United Nations as Editor and Trainer in Intercultural Writing from 1999 to 2017. Since May 2018, she has collaborated with Arthur Firstenberg to publish the International Appeal to Stop 5G on Earth and in Space (www.5gspaceappeal.org), which is available in 28 languages. The Appeal has attracted over 94,000 individual and group signatories from more than 170 countries. Claire [warned the Secretary-General](#) about the dangers of 5G during a meeting with UN staff in May 2018, calling for a halt to its rollout at UN duty stations.